

Rolagem vai a disputa em plenário e adia o recesso

Os líderes partidários não conseguiram chegar a um acordo em torno do projeto de rolagem das dívidas dos estados e municípios e a matéria será decidida no voto, em sessão da Câmara marcada para às 10h de hoje. O impasse adia também o recesso do Congresso, previsto para iniciar amanhã. O PMDB, juntamente com o governo e partidos como PDT e PTB, devem conseguir maioria de 252 deputados para aprovar o requerimento de urgência para o projeto, mas o PT, PSDB, PDS e PST prometem obstruir e, para tanto, apresentarão as 600 emendas já redigidas.

Após um dia de reuniões e de contrapropostas, o PMDB só aceitou metade das sugestões apresentadas pelas lideranças do PT e do PSDB. Apenas a proposta de rediscussão da dívida mobiliária com vista à equalização das taxas de juros foi aceita. O PMDB não concordou em discutir uma nova fórmula de refinanciamento das dívidas dos estados e municípios junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES.

Da forma como se encontra o projeto, na opinião do PT e do PSDB, a rolagem das dívidas acabará sendo às custas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) administrados, sobretudo, pela CEF e BNDES. Como permaneceu o impasse, os representantes do PT e do PSDB se retiraram da reunião, no início da noite de ontem, com a promessa de obstrução total na sessão de hoje.

"Eles não querem alterar o projeto, o que é uma irresponsabilidade. Queremos reduzir esse projeto para algo emergencial e votar o resto no ano que vem", disse o líder do PT, José Genoíno (SP). Enquanto isso, o líder do PSDB, José Serra (SP), explicava que seu partido está contra o projeto de rolagem das dívidas "por ser um projeto que aumenta os impostos, as despesas públicas para salvar bancos quebrados, os interesses do País e dos contribuintes".

José Serra afirmou que não concorda em se "amarrar" a reforma tributária — "essencial para o País" — ao projeto de rolagem das dívidas e, na sua opinião, o período legislativo deve se encerrar sem aprovar essa rolagem. José Genoíno garantiu que fará obstrução no mérito com a apresentação das 600 emendas de que dispõe. Já o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) está defendendo a apresentação de um

substitutivo ao projeto de rolagem "para jogar a discussão para a sociedade". Se esses partidos conseguirem promover uma obstrução, ainda que PMDB e governo tenham número suficiente para aprovar as matérias, é provável que o projeto de reforma tributária fique prejudicado. Até porque, o PMDB continua insistindo em votar, primeiro, a rolagem, e depois, a reforma tributária.

PT, PSDB e PDS querem votar antes o ajuste. Não havendo acordo, o governo deve editar medida provisória com os termos do ajuste fiscal.

"Eu acho que o Congresso não entra em recesso. Os trabalhos vão continuar pela semana adentro", previu o líder do Governo no Senado, Marco Maciel.

O Congresso só não entra em recesso em três circunstâncias: caso não vote o orçamento, se for convocado extraordinariamente ou se o Governo editar uma medida provisória. A possibilidade de uma MP vem sendo comentada nos bastidores pelos parlamentares.

Não há qualquer garantia de que, nesse caso, o Executivo rolasse as dívidas dos estados ou que os peemedebistas apoiassem a MP.